

Diário Oficial

PROC. Nº 40114
FLS. 170
RUBRICA

TIMON-MA, TERÇA-FEIRA, 06 DE JULHO DE 2021 - ANO VIII - EDIÇÃO - Nº 2.154

Dinair Sebastiana Veloso da Silva
Prefeita de Timon

João Rodolfo do Rêgo Silva
Vice - Prefeito de Timon

Secretaria Municipal de Governo - SEMGOV.
Email: semgov@timon.ma.gov.br

Secretaria Municipal de Cultura

Suprte Técnico

Agência de Fomento e Inovação - ATI



REPUBLICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE TIMON - ESTADO DO MARANHÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2021 REPETIÇÃO

INTERESSADO: SUPERINTENDÊNCIA DE LIMPEZA PÚBLICA E URBANIZAÇÃO DE TIMON - SLU, por meio da Coordenação Geral de Controle de Licitações-CCCL.

OBJETO: Serviços de tratamento para controle de odor e da qualidade da célula da resspação ativa de áreas externas destinadas a disposição de resíduos sólidos por meio de aterro sanitário.

DATA E HORA DE INÍCIO DAS PROPOSTAS: 08/07/2021 (Horário de Brasília) HORARIO DE BRASÍLIA. **DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS:** 10/07/2021 DO DIA 10/07/2021 HORARIO DE BRASÍLIA. **DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS- SESSÃO PÚBLICA:** 10/07/2021 HORARIO DE BRASÍLIA. **VALOR MÁXIMO DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo (segundo e minuto) será observado o horário de 02:00:00. O Edital será disponível para consulta e download no endereço eletrônico no site eletrônico das repúblicas com as informações: Coordenação Geral de Controle de Licitações, e-mail: licitacao@timon.ma.gov.br. Presença: Suelly Oliveira de Miranda Rocha.

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO
MUNICÍPIO DE TIMON - ESTADO DO MARANHÃO

Contrato Nº 004/2021

Carta Convite nº 010/2021

Objeto: Contratação de empresa para a aquisição e instalação de sistemas de segurança para a Secretaria Municipal de Cultura.

Contratante: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
Contratada: F J DE SOUSA EIRELI CNPJ N 31.801.576/0001-70

Valor R\$: 34.194,70 (Trinta e Quatro mil Cento e Noventa e Quatro Reais e Setenta centavos)

Data da assinatura: 30/06/2021

Vigência do contrato: 31/12/2021

MUNICÍPIO DE TIMON - ESTADO DO MARANHÃO

Contrato nº 003/2021

Inexigibilidade de Licitação nº 001/2021

Objeto: Contratação de profissional habilitado para ministrar curso complementar de Habilitação em armas fogo, com duração de 40 e espingarda cal. 12 anos. Graduação em Município de Timon, para fins de habilitação e autorização de porte referente as armas. Curso a ser ministrado técnicas e alunar a tática nos cursos de treinamento deste órgão de segurança.

Fundamentação: Inexigibilidade de Licitação artigo 25 inciso II da Lei nº 8666/93.

Contratante: Guarda Civil Municipal
Contratada: MARCELO FRANCISCO DE CARVALHO SA CA (distrito) com endereço na Rua Almirante Bessauna nº 2271, Bairro Estrela, Timon-PI, CEP: 64.002-91. CPF: 856.888.603-87

Dotação Orçamentária - Projeto Administ: 2177-Elementos de Despesa: 102-007

Valor Global: R\$ 28.256,00 (VINTE EITO MIL DUZENTOS E CINQUENTA REAIS)

Data de assinatura: 05 de JULHO de 2021.

MUNICÍPIO DE TIMON - ESTADO DO MARANHÃO

CONTRATO N° 008/2021.

OBJETO: Aquisição de gás de cozinha (GLP Envazado) para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoal do município de Timon-MA.

FUNDAMENTAÇÃO: Lei 10.520 de 17/07/2002 e Lei nº 8.666/1993.

CONTRANTE: Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoal- SEMAG

CONTRATADO: MENDES & MARIÁ COMERCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA

DATA DA ASSINATURA: 01 de julho de 2021

MUNICÍPIO DE TIMON - ESTADO DO MARANHÃO
CONTRATO N° 010/2021.

OBJETO: Aquisição de material de expediente para atendimento e distribuição para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoal do município de Timon-MA.

FUNDAMENTAÇÃO: Lei 10.520 de 17/07/2002 e Lei nº 8.666/1993.

CONTRANTE: Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoal- SEMAG

CONTRATADO: T L S DE ABREU EIRELI

DATA DA ASSINATURA: 05 de julho de 2021

EXTRATO DE APOSTILAMENTO

MUNICÍPIO DE TIMON - ESTADO DO MARANHÃO

Extrato do 1º Termo de Apostilamento contrato nº 067-K/2021 - FMS/SEMS. Objeto: retificação da Cláusula Segunda visando a inclusão da dotação orçamentaria na cláusula segunda do contrato. **INCLUI-SE NA CLÁUSULA SEGUNDA- FONTE DE RECURSOS, A SEGUINTE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA NA CLASSIFICAÇÃO:** Projeto Atividade: 2112- Manutenção e Administração do FMS, 2114- Manutenção do PSF, 2118- Manutenção do PAB fixo, 2120- Manutenção do Serviço Ambulatorial, Laboratorial e Hospitalar, 2126- Manter e Expandir o Atendimento do CAPS, 2127- Manutenção do SAMU, 2131- Manutenção da Vigilância em Saúde; 1705- Enfrentamento da emergência contra Pandemia do Covid-19. **Elementos de Despesas:** 33.90.30.00- Material de Consumo. **Fonte de Recursos :** 102-007, 102-296, 102-304, 102-103, 102-208, 102-214, 102-101, 102-300, 102-280.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde - SEMS

Contratada: DRC COMERCIO LTDA- CNPJ sob o nº 04.651.057.0001-01

MUNICÍPIO DE TIMON - ESTADO DO MARANHÃO

Extrato do 1º Termo de Apostilamento contrato nº 012/2021 - FMS/SEMS. Objeto: retificação da Cláusula Segunda, visando a inclusão da dotação orçamentaria na cláusula segunda do contrato. **INCLUI-SE NA CLÁUSULA SEGUNDA- FONTE DE RECURSOS, A SEGUINTE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA NA CLASSIFICAÇÃO:** Projeto Atividade: 2112- Manutenção e Administração do FMS; 2114- Manutenção do PSF; 2118- Manutenção do PAB fixo; 2120- Manutenção do Serviço Ambulatorial, Laboratorial e Hospitalar; 2126- Manter e Expandir o Atendimento do CAPS; 2127- Manutenção do SAMU; 2131- Manutenção da Vigilância em Saúde; 1705- Enfrentamento da emergência contra Pandemia do Covid-19. **Elementos de Despesas:** 33.90.30.00- Material de Consumo. **Fonte de Recursos :** 102-001, 102-296, 102-304, 102-103, 102-208, 102-214, 102-101, 102-300, 102-280.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde - SEMS

Contratada: R O CARVALHO DO NASCIMENTO EPP - CNPJ sob o nº 05.577.401/0001-22

MUNICÍPIO DE TIMON - ESTADO DO MARANHÃO

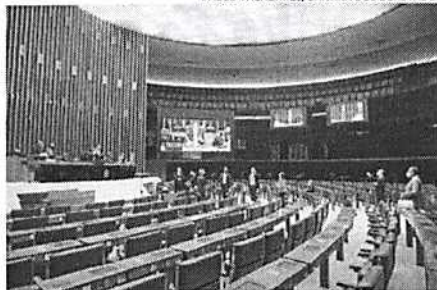
Extrato do 1º Termo de Apostilamento contrato nº 017/2021 - FMS/SEMS. Objeto: retificação da Cláusula Segunda visando a inclusão da dotação orçamentaria na cláusula segunda do contrato. **INCLUI-SE NA CLÁUSULA SEGUNDA- FONTE DE RECURSOS, A SEGUINTE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA NA CLASSIFICAÇÃO:** Projeto Atividade: 2112- Manutenção e Administração do FMS; 2114- Manutenção do PSF; 2118- Manutenção do PAB fixo; 2120- Manutenção do Serviço Ambulatorial, Laboratorial e Hospitalar; 2126- Manter e Expandir o Atendimento do CAPS; 2127- Manutenção do SAMU; 2131- Manutenção

Chega ao Congresso MP que libera R\$ 20,3 bilhões do auxílio emergencial por mais três meses

GIL MARANHÃO

Começou a tramitar no Congresso Nacional a Medida Provisória 1036/2021, que liberará de R\$ 20,3 bilhões para pagamento do auxílio emergencial em mais três meses, deste ano - agosto, setembro e outubro. Os recursos serão provenientes da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins). A MP foi publicada nesta terça-feira (6), no Diário Oficial da União, e será primeiramente analisada pelo Plenário da Câmara dos Deputados; se aprovada, seguirá para votação no Plenário do Senado. Juntamente com a medida, o governo publicou o Decreto 10.740/2021 prorrogando até

outubro o benefício, que terminaria em julho. Esse socorro financeiro é destinado a pessoas em situação de vulnerabilidade em decorrência à pandemia de Covid-19. O decreto do governo determina que farão jus às novas parcelas os beneficiários previstos na Medida Provisória 1039/2021, que foi editada em março deste ano, criando o auxílio emergencial e que ainda está em análise no Congresso Nacional. De acordo com a MP 1036/2021, as parcelas mensais serão de R\$ 250, destinadas a quem recebeu o auxílio emergencial pago em 2020, considerada a lista em dezembro. No caso da mulher provedora de família monoparental, a parcela mensal será maior, de R\$ 375; na hipótese de família unipessoal, o valor será menor, de R\$ 150.



Medida Provisória será primeiramente analisada pelo Plenário da Câmara dos Deputados e depois segue para o Senado

Instalada comissão especial que vai analisar 250 propostas que alteram os planos de saúde

Para analisar cerca de 250 propostas que tramitam há anos na Câmara dos Deputados sobre o tema, foi instalada nesta terça-feira (6) a Comissão Especial da Lei dos Planos de Saúde. O grupo é composto por 34 deputados titulares, e igual número de suplentes. Em cerca de três meses eles retomam o debate sobre mudanças no funcionamento dos planos de saúde complementar no País. Os debates terão como base o Projeto de Lei 7419/2006, que foi apresentado pelo senador Luiz Pontes (PSDB-CE) em 2006, que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, dos planos e seguros privados de assistência à saúde, para dispor sobre a cobertura de

despesas de acompanhante de menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar. A proposta foram apensados até o momento outros 248 projetos. A comissão será presidida pela deputada federal Dra. Soraya Manó (PSL-ES). "São assuntos polêmicos e impactantes, vamos discutir-los a fundo", declarou a presidente do colegiado. O deputado Celso Russomanno (republicanos-SP) foi eleito 1º vice-presidente. Outros cargos seguem em aberto. Para relatar a matéria foi escolhido o deputado Hiran Gonçalves (PP-RR). "É um grande desafio, mas os deputados e as deputadas

que participarão desta comissão conhecem muito bem os problemas", afirmou o parlamentar ao tomar posse do cargo. Ele ressaltou que a ideia é alcançar um resultado que contemple todas as partes envolvidas, eliminando assimetrias no setor, e que possa ser levado ao Plenário da Câmara. **DENÚNCIAS/ ENTIDADES MÉDICAS** Na legislatura passada, em 2017, Hiran Gonçalves presidiu uma comissão que tratou do mesmo tema. O relator foi o ex-deputado Rogério Marinho (RN), atual ministro do Desenvolvimento Regional. O texto recebeu uma enxurrada de críticas de diversos segmentos da sociedade,

principalmente de órgãos de defesa do consumidor e das operadoras de planos de saúde. O assunto perdeu forças e acabou não sendo votado. Na semana passada, 1º de julho, representantes de entidades médicas denunciaram, em audiência na Câmara, a precarização de serviços devido à baixa remuneração dos planos de saúde aos profissionais, clínicas e hospitais. Dados da Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde), 75,6 milhões de brasileiros são atendidos hoje por 696 planos de assistência médica (48 milhões de usuários) e 351 planos exclusivamente odontológicos (27,6 milhões). (Gil Maranhão)

Grupo de trabalho vai aprimorar Lei das Fake News

Um Grupo de Trabalho (GT) também foi instalado na Câmara dos Deputados para emitir parecer sobre o Projeto de Lei 2630/2020, que institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet.

O colegiado é coordenado pela deputada Bruna Furlan (PSDB-SP) e tem como relator o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP). Os deputados pretendem aprimorar o projeto, que é de autoria do senador Alessandro

Vieira (Cidadania-SE), e já foi aprovado pelo Plenário do Senado. A proposta cria medidas de combate à disseminação de conteúdo falso nas redes sociais e nos serviços de mensagem privada.

Plenário aprova urgência para projetos de futebol, inteligência artificial e vacinação de gestantes

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, na tarde dessa terça-feira (6), o regime de urgência para votação de quatro projetos de lei. Com o novo regime de tramitação, o projeto poderá ser votado já nas próximas sessões do Plenário Ulisses Guimarães. O primeiro deles é o Projeto de Lei 2336/21, do Poder Executivo. Segundo o projeto, o clube que tem o mando de campo poderá vender os direitos de transmissão para qualquer emissora e poderá ter uma renda maior. "É o que acontece em muitos países, como Alemanha, Espanha, Inglaterra e Itália", disse o deputado federal Julio César Ribeiro (Republicanos-DF), relator do PL. Segundo ele, a chamada Lei do Mandante, se for aprovada, vai aumentar a receita dos clubes de futebol, principalmente dos pequenos. Na semana passada, os líderes partidários incluíram esse projeto entre os que serão votados ainda neste semestre. "Trata-se de uma demanda coletiva, de interesse de

praticamente de todos os clubes. A lei vai permitir a entrada de novos investidores sem prejudicar os atuais, vai aumentar a disputa por direitos, aumentando a receita dos clubes", ressaltou o relator. **INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL** Outra proposta que teve regime de urgência aprovado foi o Projeto de Lei 21/21, do deputado Eduardo Bismarck (PDT-CE), que estabelece princípios, direitos e deveres para o uso de inteligência artificial no Brasil. O projeto cria o marco legal do desenvolvimento da Inteligência Artificial no Brasil. A ideia é adequar o país aos "princípios éticos" da nova tecnologia fixados em documento lançado em 2019 pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entidade que inclui os países mais ricos. Um deles é a proteção de dados dos usuários. Segundo o autor, a proposta é também incentivar a inovação na gestão pública por meio da IA, como já acontece no Judiciário,

com a análise dos processos, para que o Estado supere obstáculos burocráticos e restrições orçamentárias e ofereça serviços mais eficientes à população. O projeto sobre a regulação de IA foi apresentada, em setembro do ano passado pelo senador Styvenson Valentim (Podemos/RN). O seu texto - PL 5051/1019, proíbe no Brasil 100% autônomas, que não precisem de qualquer supervisão, e determina uma implantação "gradual" da tecnologia no país. **VACINAÇÃO DE GESTANTES** O Plenário da Câmara também aprovou o regime de urgência para o PL 2112/21, que inclui como grupo prioritário, no plano nacional de vacinação contra a Covid-19, as gestantes, as lactantes, aquelas que acabaram de dar à luz (puéperas). A proposta é de autoria do senador Jean Paul Prates (PT-RN) e foi aprovada pelo Senado dia 15 de junho. O texto aprovado foi o substitutivo da senadora Zenaide Maia (Pros-RN), que também

inclui crianças e adolescentes com deficiência permanente, comorbidade ou privadas de liberdade. O Senado aprovou a inclusão de lactantes nos grupos prioritários para a vacinação contra a covid-19, a partir deste substitutivo. **PRÊMIO MULHERES NA CIÊNCIA** A quarta proposta que teve o regime de urgência aprovada pela Câmara nessa terça foi o Projeto de Resolução 9/21, que institui o Prêmio Mulheres na Ciência Amélia Império Hamburger, a ser concedido anualmente pela Câmara a três cientistas que se destacaram por suas contribuições para a pesquisa científica nas áreas de ciências exatas, ciências naturais e ciências humanas. O projeto é de autoria da deputada Alice Portugal (PCdoB-BA). Ela destaca que Amélia Império Hamburger (1932-2011) foi uma física, professora, pesquisadora e divulgadora científica brasileira. (Gil Maranhão, com informações da Agência Câmara)

ESTADO DO MARANHÃO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
 COORDENAÇÃO GERAL DE CONTROLE DAS LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMON - MA.
 AVISO DE REPUBLICAÇÃO
MUNICÍPIO DE TIMON - ESTADO DO MARANHÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2021 REPETIÇÃO
INTERESSADO: SUPERINTENDÊNCIA DE LIMPEZA PÚBLICA E URBANIZAÇÃO DE TIMON - SLU, por meio da Coordenação Geral de Controle de Licitações-CGCL
OBJETO: Serviços de tratamento para controle de odor e da avulsão em célula de recepção ativa do aterro sanitário destinado a disposição de resíduos sólidos urbanos do município de Timon-MA.
DATA E HORA DE INÍCIO DAS PROPOSTAS: 10H00M DO DIA 07/07/2021 (HORÁRIO DE BRASÍLIA) **DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS:** 10H00M DO DIA 19/07/2021 (HORÁRIO DE BRASÍLIA) **DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS-SESSÃO PÚBLICA:** 10H01M DO DIA 19/07/2021 (HORÁRIO DE BRASÍLIA)
LOCAL: www.portaldecompraspublicas.com.br
REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo (horário e min) será observado o horário de Brasília (DF). O Edital será disponível para consulta e retirada de cópia no site www.portaldecompraspublicas.com.br. Informações: Coordenação Geral de Controle de Licitações, e-mail: licitacao@timon.ma.gov.br; Pregoeira: Suely Oliveira de Miranda Rocha.

SINDICATO DOS ESTIVADORES E DOS TRABALHADORES EM ESTIVA DE MINÉRIOS DO ESTADO DO MARANHÃO - SETEMEMA
 Rua Engenheiro Couto Fernandes, 84 - Centro - CEP: 65010-100 - São Luís-MA
 E-mail: setemema.estiva@gmail.com | CV/PJ: 06.039.846/0001-11

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA

O Sindicato dos Estivadores e dos Trabalhadores de Estiva de Minério do Maranhão vem através do seu presidente, convocar todos os associados desta entidade de classe em pleno gozo de seus direitos sociais e estatutários, para uma Assembleia Extraordinária que será realizada na sede do Sindicato dos Estivadores no dia 9 de julho de 2021, (sexta-feira) com 1ª convocação às 8h com o maior número de associados e 2ª e última convocação às 8h30 com qualquer número de associados presentes para deliberarem sobre as seguintes ordens do dia:

1. ACT COPI
2. ACT TEGRAM
3. ACT G5

São Luís 5 de julho de 2021.

Joubert Costa Mendes
 Presidente SETEMEMA

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
 COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO
 AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO
 LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 195/2021 - CSU/EMSERH
 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25.286/2021 - EMSEMERH

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de testes para triagem sorológica com cessão de equipamento em comodato para o HEMOCENTRO COORDENADOR DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA - HEMOMAR.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.
DATA DA DISPUTA: Adiantado até ulterior deliberação motivado por apresentação de pedido de esclarecimento.

Local de Realização: Sistema Licitações-e (www.licitacoes-e.com.br).
 Edital e demais informações estão disponíveis em www.emserh.ma.gov.br e www.licitacoes-e.com.br. ID: 87764.
 Informações adicionais serão prestadas na CSU/EMSERH localizada na Av. Borborema, 04-16, nº 25, Bairro do Caiua, São Luís/MA, no horário de 08h às 17h e das 14h às 18h, de segunda a sexta, pelos e-mails: csl@emserh.ma.gov.br; eou.laurocosta@gmail.com ou pelo telefone (98) 3235-7333.

São Luís (MA), 02 de julho de 2021
 Lauro César Costa
 Agente de Licitação da EMSEMERH

ESTADO DO MARANHÃO
 SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
 COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO
 AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO
 REF: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2021-SSP/MA
 PROCESSO ADMINISTRATIVO 017177/2021-SSP/MA

A Secretaria de Estado da Segurança Pública, através de sua Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio, torna público que a Licitação em epígrafe, cujo objeto refere-se a contratação de empresa para fornecimento de 02 (dois) caminhões auto-bomba-tanque salvamento, marcada para o dia 06 de julho de 2021, às 09h, fica adiada para o dia 20 de julho de 2021, às 09h, face impugnação feita ao Edital por empresa interessada.

São Luís/MA, 02 de julho de 2021
 Rosaine Travençolo Pinto
 Presidente da CCL e Pregoeira-SSP/MA

BORGES TUR
 VIAGENS TODOS OS DIAS PARA COROATÁ
 HORÁRIO: 09:00
 (98) 98164-2398 / (99) 98188-1061 / (99) 99155-5601

É MAIS AUTOESTIMA. **É FLORENCE.**

LUTIELLEN LAYANNA
 ALUNA FLORENCE

CPI da Pandemia

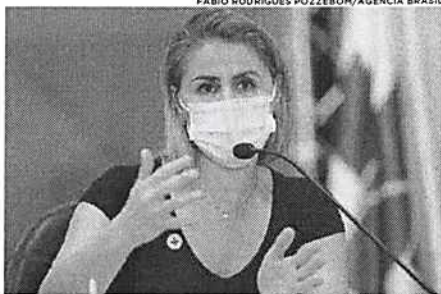
Ex-coordenadora do Programa Nacional de Imunizações será ouvida nesta quinta-feira

GIL MARANHÃO

A ex-coordenadora do Programa Nacional de Imunizações (PNI) do Ministério da Saúde, Francieli Fantinato, prestará depoimento nesta quinta-feira (8), na CPI da Pandemia.

O PNI é ligado ao Departamento de Imunização e doenças transmissíveis da Secretaria de Vigilância em Saúde e é responsável por definir os calendários de vacinação considerando a situação epidemiológica, com orientações específicas para crianças, adolescentes, adultos, gestantes, idosos e povos indígenas.

O depoimento foi solicitado pelo senador Otto Alencar (PSD-BA), sob a alegação de que a servidora editou nota técnica aos estados, recomendando a vacinação de gestantes que tinham recebido a primeira dose da AstraZeneca com qualquer vacina que estivesse disponível, sem nenhuma comprovação de segurança ou eficiência disso nas



Francieli Fantinato pediu para deixar a coordenação do PNI em junho, segundo o Ministério da Saúde

grávidas. Segundo o parlamentar, esse procedimento, que é chamado intercambialidade, provocou mortes no Brasil. Ele lembrou que, quando o ministro Marcelo Queiroga prestou depoimento à comissão, no dia 8 de junho, o assunto gerou uma discussão entre os dois. Otto disse que o

fato era muito grave e que as pessoas "não podem ser usadas como cobaias". Além disso, segundo o senador, a Pfizer traz em sua bula que não deve ser aplicada em gestantes. "O senhor pegou um grande pepino para resolver, e eu vejo que o senhor está com boa intenção. Não tenho dúvida da

sua boa intenção, mas o que eu quero dizer é que, numa doença grave dessa, tudo o que você puder ler para editar normas técnicas é importante. Essas normas servem para os estados todos, que estão seguindo o que o senhor manda. A edição da norma é do Ministério da Saúde, ele é que coordena todas as ações. Isso é muito grave", ressaltou o senador.

Otto Alencar lembrou também que a exoneração da servidora foi publicada no dia 30 de junho no Diário Oficial da União e que, segundo o ministro, ela pediu para deixar o cargo.

Por solicitação do senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE), a CPI da Pandemia também quebrou os sigilos telefônico e telemático de Francieli Fantinato. No requerimento, o parlamentar alegou que o ritmo de vacinação no Brasil segue lento e, nesse cenário desfavorável, é preciso identificar de que forma os gestores públicos responsáveis têm atuado.

Deputado propõe mudanças em projeto para beneficiar pequenos municípios do Maranhão

O vice-líder da bancada do MDB na Câmara, deputado Hildo Rocha (MA), defendeu alterações no Projeto de Lei Complementar 191/15, do Senado Federal, aprovado pelos deputados, que trata da incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) sobre o monitoramento e rastreamento de veículos e carga. Atualmente, em razão da falta de clareza na legislação, há dúvidas se o imposto para o rastreamento de veículos e cargas é o ICMS, de competência dos estados, ou o ISS, de competência dos municípios. Rocha ressaltou que, caso o projeto fosse aprovado da forma proposta pelo Senado, beneficiaria apenas três municípios, justamente onde estão sediadas as empresas de rastreamento de veículos. As mudanças propostas pelo emendista beneficiarão todos os municípios.

"Nós procuramos priorizar o ISS para o destino. Assim, o pagamento deste imposto vai para o município onde o veículo rastreado está emplacado. Com isso, todos os municípios serão beneficiados e não apenas dois ou três", acentuou. "Vai beneficiar inclusive os pequenos municípios maranhenses", completou. Os argumentos do deputado maranhense foram acatados e inseridos no texto pelo relator deputado Rodrigo de Castro (PSDB-MG). Agora, o projeto assegura de forma clara que a arrecadação que incide sobre a cobrança do ISS deve ser arrecadada para os municípios onde os veículos estão emplacados. O texto do Senado previa que o tributo seria arrecadado para a sede da empresa prestadora dos serviços. (Gil Maranhão)

Conselho de Ética aprova suspensão do mandato de Daniel Silveira e parecer segue para o Plenário

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (7) a suspensão, por seis meses, do mandato do deputado Daniel Silveira (PSL-RJ).

O parlamentar é acusado de quebra de decoro parlamentar por ter gravado e divulgado um vídeo em que inicia a violência contra ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e exalta o Ato Institucional nº 5, o AI-5. O parecer do deputado Fernando Rodolfo (PL-PE), que recomendava a suspensão, recebeu 12 votos contra 8. E agora segue para análise pelo Plenário da Câmara, onde precisa ser aprovado por 257 deputados, em votação aberta.

A defesa do parlamentar foi notificada oficialmente da decisão pelo presidente do colegiado, deputado Paulo Azi (DEM-BA) e abriu mão do recurso à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ). (Gil Maranhão)

Covid-19

Pesquisadores criam teste barato para unidades de saúde

Um novo kit diagnóstico, desenvolvido por pesquisadores de instituições públicas brasileiras, é capaz de detectar o novo coronavírus em até 45 minutos, com baixo custo e alto grau de precisão. A patente da nova tecnologia, pensada para unidades básicas de saúde, foi desenvolvida por cientistas do Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz), da Universidade Federal de Santa Catarina e do Instituto Federal de Santa Catarina, em parceria com a empresa SPK Solutions. O teste usa a tecnologia chamada RT-Lamp e demonstrou precisão semelhante ao RT-PCR em testes de validação com mais de 1 mil amostras. Segundo o instituto, que divulgou a pesquisa, o kit alcançou 96% de sensibilidade e 98% de especificidade em amostras de

orofaringe coletadas com cotonete do tipo swab. Os dois parâmetros são usados para medir o risco de testes produzirem falsos positivos e falsos negativos a partir de amostras já conhecidas. A tecnologia desenvolvida permite realizar o teste também com saliva na mesma especificidade, porém com uma sensibilidade menor, de 70%. Apesar disso, caso o paciente esteja em jejum pela manhã, o percentual pode alcançar 100%, segundo os pesquisadores. O custo do kit diagnóstico foi estimado em R\$ 30 enquanto o valor de um kit para teste RT-PCR chega a custar R\$ 100. Além disso, o teste RT-Lamp pode ser realizado por menos profissionais e requer menos equipamentos. Segundo o instituto, o único equipamento necessário para a realização do teste é um banho

seco ou banho-maria, e qualquer profissional treinado pode aplicar o teste. Já o RT-PCR precisa de especialistas em biologia molecular. O Instituto Oswaldo Cruz informou ainda que os pesquisadores agora buscam parceiros para produzir e fornecer o kit diagnóstico. Além de ganhar uma escala de produção industrial, o novo produto ainda precisa ser submetido à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) antes de chegar às unidades de saúde do Brasil. **FOCO** Coordenador do projeto, o pesquisador do Instituto Oswaldo Cruz, André Pitaluga disse que o foco da pesquisa é levar a nova tecnologia ao Sistema Único de Saúde e ajudar no enfrentamento

da pandemia. Apesar disso, ele considera que a metodologia é versátil e pode ser aplicada no combate de outras doenças. "Já estamos trabalhando em uma versão do kit para o diagnóstico da febre amarela", disse o pesquisador em texto divulgado pela assessoria do Instituto Oswaldo Cruz. Para desenvolver o teste, os pesquisadores receberam apoio do Núcleo de Inovação Tecnológica do instituto e financiamento da empresa Engle, do Programa Inova Fiocruz e do Ministério Público do Trabalho. Os testes de validação foram realizados em Santa Catarina, em parceria com o Laboratório Central de Saúde Pública de Santa Catarina e as prefeituras de Tubarão e Florianópolis. (Agência Brasil)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARNAÍBA
 CNPJ - 06.997.571/0001-29
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 18/2021- PMPA-MA. PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2021-PMPA-MA. A Prefeitura Municipal de Alto Parnaíba-MA, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação, na modalidade Pregão Presencial nº18/2021-PMPA-MA, tipo menor preço, objetivando o Registro de Preços para eventual contratação de empresa para fornecimento de Materiais de Expediente de interesse das Secretarias da Prefeitura Municipal de Alto Parnaíba/MA, rodia 20de julho de 2021, às 09h30min, na sala da Comissão Permanente de Licitação - CPL, situada na Avenida Rio Parnaíba, 820 - Centro, CEP: 65.810-000 - Alto Parnaíba - MA, na forma da Lei 10.520 de 17 de junho de 2002, Decreto Federal nº 3.555/2000, Decreto Municipal nº 005, de 04 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto Municipal nº 107, de 03 de dezembro de 2018, aplicando-se os procedimentos determinados pela Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014 e, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93. O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no site da Prefeitura Municipal de Alto Parnaíba https://www.altoparnaiba.ma.gov.br. Sistema de Acompanhamento Eletrônico de Contratação Pública (SACOP) www.tce.ma.gov.br na Comissão Permanente de Licitação - CPL, Prédio situado na Avenida Rio Parnaíba, 820 - Centro, CEP: 65.810-000 - Alto Parnaíba - MA, de 2ª a 6ª feir, no horário das 08h às 12h e das 14h às 17h. Poderá ser solicitado também através do e-mail: cplaltoparnaiba@gmail.com. Esclarecimentos adicionais no mesmo endereço local - Alto Parnaíba-MA, 01 de julho de 2021. Euclides da Silva Moraes. Pregoeiro - Alto Parnaíba

ERRATA A AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE TIMON - ESTADO DO MARANHÃO

ATO/A Pregoeiro Municipal torna público para conhecimento dos interessados, errata ao aviso de licitação do PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 030/2021 - Republição, cujo objeto é o Serviço de tratamento para controle de odor e da avifauna em célula de recepção ativa do aterro sanitário destinado a disposição de resíduos sólidos urbanos do município de Timon-MA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, publicado neste Diário na Edição - Nº 2.154, de 06 de Julho de 2021, da seguinte forma:

Onde se lê:
DATA E HORA DE INÍCIO DAS PROPOSTAS: 10H:00M DO DIA 07/07/2021 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS: 10H:00M DO DIA 19/07/2021 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS-SESSÃO PÚBLICA: 10H 01M DO DIA 19/07/2021 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
Leia-se:
DATA E HORA DE INÍCIO DAS PROPOSTAS: 12H:00M DO DIA 07/07/2021 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS: 12H:00M DO DIA 19/07/2021 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS-SESSÃO PÚBLICA: 12H 01M DO DIA 19/07/2021 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES-EMSERH
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 18/2021 - CSU/EMSERH
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 42.284/21 - EMSERH

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de Medicamentos de Formas Farmacêuticas Diversas para atender às necessidades das Unidades Hospitalares administradas pela Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares - EMSERH.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

DATA DA ABERTURA: anteriormente marcada para às 09h (horário de Brasília), do dia 08/07/2021, fica ADIADA para às 09h (horário de Brasília), do dia 23/07/2021, conforme ERRATA 001.

Local de Registro: Sistema Licitações (www.licitacoes-e.com.br).

Edital e demais informações estão disponíveis em www.emserh.ma.gov.br e www.licitacoes-e.com.br. Informações adicionais serão prestadas na CSU/EMSERH localizada na Av. Bortomeo, 04-16, nº 25, Bairro do Caiado, São Luís/MA, no horário de 08h às 12h e das 14h às 19h, de segunda a sexta, pelos e-mails: csl@emserh.ma.gov.br ou vincicius.boueres@emserh.ma.gov.br ou pelo telefone (98) 3236-7333.

São Luís (MA), 05 de julho de 2021
 Vincicius Boueres Diogo Flores
 Agente de Licitação da CSU/EMSERH

AVISO DE LICITAÇÕES PÚBLICAS. A Comissão Permanente de Licitação - CPL, da Câmara Municipal de Alto Parnaíba - MA, avisa aos interessados que realizará na sede da Câmara Municipal situada na Rua Prefeito Lourival Lopes, nº 1098, Centro - Alto Parnaíba - MA - CEP: 65.810-000 Licitações Públicas na modalidade de Pregão Presencial, conforme abaixo discriminadas, na forma da Lei Federal 10.520/2002, Lei Federal 8666/93 e suas alterações posteriores, e Lei Complementar nº 123/2006 e demais normas pertinentes à espécie. O Edital e seus Anexos estão à disposição dos interessados no endereço supra, de 2ª a 6ª feir, no horário das 08h às 12:00 horas, onde poderão ser consultados gratuitamente ou obtidos no portal da transparência pelo site: governotransparencia.com.br/28080590; acesso@informacaolicitacao.ma pelo e-mail: assessoraocamaraap2021@gmail.com, telefona 98 98502 0055 e/ou in loco. Esclarecimentos adicionais nos mesmos endereços acima citados.

PROC. Nº 20/2021	Data/Hora de Abertura
TOMADA DE PREÇOS	23/07/2021 - 10h00min
02/2021	Menor Preço Global

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de Reforma do Prédio da Câmara Municipal de Alto Parnaíba-MA

Alto Parnaíba - MA, 01 de julho de 2021. Zenia Maria Canuto de Souza. Pregoeira/Presidente da CPL.

ALUGA-SE PARA EVENTOS
TEMPORADAS E FINAIS DE SEMANA. RESERVE AGORA:
 Piscina, campo de futebol, churrasqueira e toda estrutura que você merecer.
99974-4522 / 98725-9606 / 98109-5310

É MAIS AUTOESTIMA. **É FLORENCE.**

LUTIELLEN LAYNANA
 ALUNA FLORENCE